

Para eleitor, campanha deve se concentrar no debate de ideias

Conclusão é de pesquisa do DataSenado. Para 55% dos entrevistados, debates são mais importantes que passeatas, comícios, internet e programas de rádio e TV. 85% consideram candidato mais importante que partido na escolha do voto

A campanha eleitoral deste ano deveria ter mais debate, apontado pelos brasileiros como a melhor forma de conhecer as propostas dos candidatos. É o que revela pesquisa do DataSenado, que ouviu 1.315 pessoas pelo telefone entre 12 e 24 de agosto.

Antes muito usados nas campanhas, comícios e passeatas foram citados por apenas 15% dos eleitores como instrumentos relevantes de atração. Além disso, as pesquisas de intenção de

voto interferem “sempre” nas decisões de 16% e “às vezes” para 23% dos eleitores. Segundo o DataSenado, 59% “nunca” levam em conta esses resultados diante da urna de votação.

O mesmo vale para a filiação partidária. Nada menos que 85% dos eleitores dizem que votam em função das características pessoais dos candidatos. Entre os pesquisados, somente 15% disseram ter a internet como fonte primordial de informação sobre os políticos. **2**

Campanha propositiva

Maioria dos eleitores recomenda o debate de ideias entre os candidatos. Para 51%, internet será muito importante nas eleições deste ano



Fonte: DataSenado



Dom Quixote das crianças, de Monteiro Lobato, adaptado para os quadrinhos, inspira crianças de Minas Gerais a produzirem suas próprias histórias

Terra de Monteiro Lobato pode se tornar Capital da Literatura Infantil

Cidade natal de Monteiro Lobato, Taubaté (SP) ganhará o título de Capital Nacional da Literatura Infantil se o Senado aprovar projeto do deputado Roberto Alves, conterrâneo do escritor. A proposta pode ser votada na próxima reunião da Comissão de Educação. Monteiro Lobato criou personagens como Emília, Pedrinho, Narzinho e Dona Benta. **3**

Convocação de Erenice Guerra deve ser votada após 1º turno **4**

Denúncias contra ministra da Casa Civil repercutem em Plenário **4**

José Nery: Conselho Nacional de Justiça defende PEC do Trabalho Escravo **3**

Escreva você também uma parte da nossa história.

A capital de todos os brasileiros faz 50 anos e o Senado Federal vai premiar as melhores redações sobre Brasília.

Se você é estudante dos dois últimos anos do Ensino Médio das escolas públicas estaduais e tem entre 16 e 19 anos, participe do III Concurso de Redação do Senado Federal.

Mais informações: www.senado.gov.br/concursoredacao

DataSenado ouviu 1.315 brasileiros sobre o que é mais importante na hora de decidir o voto. Comícios e passeatas não são relevantes nem o partido é um fator primordial

Eleitor recomenda mais debates entre candidatos

PARA A MAIORIA dos eleitores, 55%, a campanha deste ano deveria se concentrar nos debates políticos, segundo pesquisa realizada pelo DataSenado para avaliar o comportamento do eleitor. A informação revela a expectativa do brasileiro de conhecer mais profundamente o pensamento e as propostas dos candidatos, que naturalmente ficam mais expostos no transcorrer do debate. Essa também é uma forma de comunicação mais direta e objetiva com a população, em que o enfrentamento de pontos de vista é a tônica.

Comícios e passeatas não têm prestígio entre a população. Apenas 15% dos entrevistados afirmaram que os candidatos deveriam focar suas campanhas nessas formas de comunicação.

Segundo o levantamento do DataSenado, o resultado das pesquisas eleitorais não é um fator decisivo para a maior parte da população na hora de decidir o voto. Cinquenta e nove por cento dos entrevistados afirmaram que "nunca" levam em conta os resultados das pesquisas na hora da urna. No entanto, percebe-se que a decisão de não considerar os resultados



das pesquisas na definição do voto aumenta de acordo com o grau de escolaridade do eleitor, chegando a 77% das pessoas com nível superior.

A pesquisa do DataSenado revelou também que, na hora do voto, o importante é o próprio candidato e não o seu partido político. Para 85% dos eleitores, a escolha política não considera o partido ao qual o candidato está filiado, e sim as características pessoais de cada um.

A internet, ao contrário do que os principais analistas preconizaram, não tem represen-

tado grande diferencial nessa campanha. Embora 76% dos entrevistados afirmem que sua importância será maior nesse pleito do que no de 2006 e 51% declarem que ela será "muito importante" nessa eleição, a realidade mostra que na hora de buscar informações a internet é o meio preferido por apenas 15% dos eleitores. Entre os jovens de 16 a 19 anos, esse índice sobe para 32%, posicionando-se como principal fonte de informação. A influência da internet diminui à medida que aumenta a idade do respondente.

Entre a população de forma geral, o meio de comunicação mais usado para buscar informações sobre os candidatos é a televisão, com 48% das preferências, seguida pelas conversas com parentes e amigos, 18%. Os jornais e revistas foram apontados por 15% dos eleitores como o meio preferido para se informar, enquanto o rádio ficou com 4%.

O DataSenado ouviu 1.315 brasileiros maiores de 16 anos, com acesso a telefone fixo, em 119 municípios, entre 12 e 24 de agosto de 2010. A margem de erro é de 3% e o nível de confiança é de 95%.

Paraíba atrai investimentos estrangeiros, diz Cavalcanti

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) afirmou ontem que a Paraíba desponta no país "como um dos mais promissores destinos preferenciais de poupanças estrangeiras que buscam investir em cenário econômico de estabilidade".

– O estado da Paraíba se afirma como polo de atração para investidores estrangeiros, assumindo uma face cada vez mais visível no cenário internacional – frisou, citando também o Rio Grande do Norte como outro estado muito procurado por investidores estrangeiros.

Segundo informou o senador, os recursos são trazidos principalmente por norteamericanos, suecos, finlandeses, espanhóis, franceses, portugueses, chineses, árabes e indianos.

Tal aporte de capital, assinou Roberto Cavalcanti, coincide com a reversão da corrente migratória dos estados das regiões Norte e Nordeste para os das regiões Sul e Sudeste. O parlamentar afirmou que essas regiões, "depois de décadas de atração migratória", não têm mais recursos para receber novas levas de migrantes.

O senador lamentou que o termo "paraíba" seja utilizado

pejorativamente nos estados das regiões Sul e Sudeste para designar o migrante das regiões Norte e Nordeste, com pouca educação e sem qualificação formal para o trabalho.

Ele acredita que essa é "uma visão preconceituosa, calcada muitas vezes em interesses escusos de natureza econômica, que a história se encarregará de desmoralizar e desmentir". O senador observou que "a situação tem mudado paulatinamente, amenizando o caráter pejorativo da expressão e fazendo-a cair pouco a pouco no esquecimento".

Roberto Cavalcanti afirmou que a Paraíba "não foi nem é um estado exportador de mão de obra barata e pouco qualificada". Citou, como contrargumento, o exemplo do polo de informática de Campina Grande, exportador de mão de obra para o Brasil e para todo o mundo.

Ele nomeou paraibanos ilustres, para enfatizar que seus conterrâneos "sempre foram provocadores de mudanças na sociedade brasileira", como Celso Furtado, Epitácio Pessoa, Assis Chateaubriand, Ariano Suassuna, José Lins do Rego e Augusto dos Anjos.



Roberto Cavalcanti condenou uso preconceituoso e pejorativo da expressão "paraíba"

Genalbo Magalhães/Senado Federal

Meurer cobra defensoria para Santa Catarina



Belini Meurer

O estado de Santa Catarina é o único que ainda não tem sua própria Defensoria Pública, assinalou Belini Meurer (PT-SC).

– A criação da Defensoria Pública é imprescindível para assegurar aos cidadãos mais pobres o direito fundamental de acesso à Justiça – disse o senador, lembrando que

a Constituição de 1988 obriga os estados brasileiros e o Distrito Federal a prestarem assistência judiciária integral e gratuita a todos que não têm condições financeiras de contratar advogados.

A falta da Defensoria Pública prejudica o estado, principalmente o sistema prisional, segundo o senador. As prisões estão superlotadas, a maioria delas registra violações aos direitos humanos e diversos benefícios dos condenados não são cumpridos, como a progressão de regime e o direito a trabalho e estudo.

– Isso gera cada vez mais rebeliões dentro dos presídios – afirmou.

Selma destaca vocação turística de seu estado



Selma Elias

Selma Elias (PMDB-SC) destacou que, em 2009, foi realizada em Florianópolis a 9ª Conferência Global sobre Viagens e Turismo, em que foi apresentado um estudo sobre impacto econômico elaborado pelo World Travel & Tourism Council (WTTTC). O estudo apontou o turismo em Santa

Catarina como responsável pela movimentação de US\$ 6,4 bilhões e pela geração de 500 mil empregos, o que equivale a 11,9% dos postos de trabalho no estado.

– Geoffrey Kent, do WTTTC, relatou que era a primeira vez que a entidade, em parceria com a Oxford Economics, mensurava a contribuição econômica do turismo para um único estado do Brasil. Ele também adiantou que o estudo embute a previsão de que, até 2019, a movimentação econômica do turismo no estado chegará aos US\$ 12,8 bilhões, dando trabalho a mais 696 mil profissionais da área – afirmou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão apenas para discursos

14h A sessão de hoje não terá votações. Será destinada a pronunciamentos de senadores.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por João Faustino • Roberto Cavalcanti

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes
 Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvia Burle
 Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
 Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Projeto cria novas regras para audiências públicas do governo

As audiências promovidas por órgãos do governo com a participação da sociedade para tomar decisões sobre políticas públicas deverão obedecer a regras de publicidade, transparência e efetiva participação popular. É o que determina projeto de lei (PLS 79/10) em exame terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Convocação antecipada, presença de membros do Ministério Público e de tribunais de contas e divulgação dos resultados estão entre os requisitos da proposta de Raimundo Colombo (DEM-SC), relatada por Gilvam Borges (PMDB-AP).

Ao justificar o projeto, o senador adverte que as audiências públicas, embora sejam um mecanismo relevante de fiscalização e de participação dos cidadãos nas decisões do governo, "podem ser manipuladas por interesses escusos, se não houver um marco legal que garanta os direitos mínimos da população de participar".

Raimundo Colombo argumenta que "o país não mais compactua com políticas públicas decididas em gabinetes de burocratas ou com discussões que não envolvem os verdadeiros beneficiários".

Regras

As normas estabelecidas no



José Cruz/Senado Federal

Colombo quer assegurar maior participação de cidadão nas decisões

projeto deverão valer para órgãos dos Executivos federal, estadual e municipal. A proposta define ainda que toda audiência pública deverá ter três etapas: apresentação, discussão e conclusão.

Pelo projeto, essas reuniões passarão a ser convocadas com, no mínimo, 30 dias de antecedência; precisam ser divulgadas nos meios de comunicação da região e realizadas na sede do Legislativo local em dia que possibilite a presença do maior número de interessados. Além disso, as audiências deverão abrir espaço para a manifestação de posições divergentes, ser gravadas e ter o resultado divulgado nos dois maiores jornais da localidade. Na ata, deve constar a identificação de todos os presentes.

Proposta incentiva o uso de embalagens biodegradáveis

As empresas que investirem na fabricação de embalagens plásticas biodegradáveis poderão ser beneficiadas com incentivos e créditos fiscais, de acordo com projeto da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) que institui o Programa de Substituição de Embalagens Plásticas Convencionais por Congêneres Biodegradáveis.

O objetivo é incentivar a utilização de embalagens plásticas biodegradáveis – de fácil decomposição e não poluentes. "Embalagem convencional", define a proposta, é qualquer invólucro produzido com resinas petroquímicas para acondicionar e transportar produtos e mercadorias, o que inclui os sacos de lixo.

O PLS 259/07 prevê a educação pela divulgação de informações relativas aos riscos que resíduos de embalagens plásticas convencionais causam ao meio ambiente e à saúde humana. O programa estimula tecnologias ambientalmente saudáveis, seja por meio de pesquisas, pela cooperação entre os setores público e privado ou pelos incentivos fiscais.

Relatada na CMA pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS), a proposta deverá ser implementada em até cinco anos após a publicação da lei.

Ao justificar o projeto, a autora ressalta que o plástico



Jane Araújo/Senado Federal

Segundo Maria do Carmo, o Brasil só recicla 16,5% do plástico usado

convencional demora séculos para se decompor e que seu uso em larga escala e descarte inadequado danificam a natureza.

Maria do Carmo informa que, segundo o movimento Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre), o Brasil recicla apenas 16,5% do plástico usado. A senadora defende medidas como a reciclagem e mudanças de padrão de consumo pela sociedade para reverter a agressão causada pelas embalagens plásticas ao meio ambiente terrestre e aquático.

A solução, reitera a parlamentar, passa pela fabricação de plásticos que possam ser degradados em menor espaço de tempo, como os biodegradáveis.

Participantes de evento também aprovaram proposta de atribuir à Justiça do Trabalho competência penal para o julgamento de ações envolvendo a prática de trabalho escravo



Luiz Silveira/ASCOM-CNJ

Abertura do 2º Encontro Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários do Conselho Nacional de Justiça, em Belém

Nery elogia posição do CNJ contra trabalho escravo

JOSÉ NERY (PSOL-PA) elogiou a decisão do Fórum de Assuntos Fundiários do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de solicitar ao Congresso a aprovação da chamada PEC do Trabalho Escravo (PEC 438/01). Essa foi uma das deliberações do fórum, em seu 2º encontro nacional, realizado entre 9 e 11 de setembro, em Belém.

A PEC prevê o confisco de terras onde for constatada a exploração de trabalho escravo. As áreas confiscadas serão destinadas à reforma agrária. A matéria altera a Constituição para acrescentar o trabalho escravo entre as situações que tornam a propriedade rural passível de expropriação. A Carta já prevê essa possibilidade para áreas onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas.

Já aprovada pelo Senado, a proposta aguarda decisão da Câmara desde 2001. De acordo com José Nery, a principal resistência à aprovação da matéria vem dos parlamentares ligados ao agronegócio.

– A bancada ruralista vem conseguindo impor uma posição de que punir a escravidão



Gabinete do Senador/Senado Federal

José Nery atribui atraso na aprovação da PEC 438/01 à bancada ruralista

afeta o setor produtivo ligado ao campo. Isso não é verdade. É necessário combater o uso desse tipo de mão de obra, o que vai melhorar as condições de comercialização e exportação de produtos – opinou.

Na reunião do fórum, foram aprovadas outras cinco propostas de reforço ao combate ao trabalho escravo no país. Entre elas, está a que atribui à Justiça do Trabalho competência penal para o julgamento de ações envolvendo esse tipo de prática.

Ao comentar a importância da

articulação em torno da aprovação da PEC 438/01, o senador lamentou que os brasileiros, "em pleno século 21, ainda se depararem com situações de escravidão ou semiescravidão".

– Estive recentemente na Ilha de Marajó, onde me deparei com situação que também se equipara ao trabalho escravo. Os ribeirinhos, que trabalham na terra e tiram dela sua subsistência, precisam pagar 50% do que produzem àqueles que se dizem os donos da terra, quando ela, na verdade, pertence à União – disse José Nery, para quem "o Brasil tem um dever de reparar esse problema histórico".

Propostas

O fórum aprovou 49 propostas para dar maior efetividade à regularização fundiária, entre elas a realização de inspeções judiciais nos locais com maior ocorrência de conflitos e o fomento à criação de procuradorias agrárias. Os participantes propuseram que a aquisição de terras brasileiras por estrangeiros – tema de dois projetos que tramitam no Senado, PLS 126/09 e PLC 302/09 – seja ainda mais limitada.

Taubaté pode se tornar capital da literatura infantil

Berço de Monteiro Lobato, a cidade de Taubaté (SP) poderá ganhar o título de Capital Nacional da Literatura Infantil se o Senado aprovar o PLC 164/10, do deputado Roberto Alves (PTB-SP), conterrâneo do escritor. O projeto, já aprovado pela Câmara, pode ser votado na próxima reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) em decisão terminativa.

Autor das histórias do *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, Monteiro Lobato teria se inspirado na infância vivida na Fazenda do Buquira, localizada no município paulista, para criar as aventuras de personagens emblemáticos da literatura brasileira como Emília, Pedrinho, Narizinho, Dona Benta, Tia Nastácia e Visconde de Sabugosa.

A casa onde nasceu e viveu o escritor abriga atualmente o Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato, que recebe, de acordo com o deputado Roberto Alves, cerca



O paulista de Taubaté Monteiro Lobato escreveu seu primeiro livro em 1920

de 10 mil visitantes por mês. Em abril, quando é realizada a Semana Monteiro Lobato, em homenagem ao aniversário do ficcionista, mais de 30 mil turistas visitam a cidade do interior paulista, na qual está preservada a memória daquele que há muitas gerações vem conquistando os jovens leitores.

De acordo com o autor do projeto, a casa de Monteiro Lobato tem a biblioteca onde

"o escritor, ainda garoto, tomou gosto pelas letras". Ele destacou também que o reconhecimento de Taubaté como capital da literatura infantil ressaltará todo o potencial turístico do município.

Nascido em 18 de abril de 1882, Lobato escreveu seu primeiro livro para crianças em 1920: *A menina do narizinho arrebitado*, considerado um marco da literatura infantil.

Segundo o presidente da comissão, Demóstenes Torres, requerimento do senador Alvaro Dias será o primeiro item da pauta da próxima reunião, mas, por falta de quórum, é virtualmente impossível isso acontecer antes de 3 de outubro



A CCJ tem 23 membros titulares e, de acordo com o Regimento Interno do Senado, é preciso que a maioria deles (12) compareça para abrir uma reunião

Convocação de Erenice Guerra só deve ser votada pela CCJ após o 1º turno

A VOTAÇÃO DE requerimento de convocação da ministra Erenice Guerra, chefe da Casa Civil, será o primeiro item da pauta da próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), prevista para a primeira semana de outubro. A ministra deverá ser chamada para esclarecer denúncias de que seu filho, Israel Guerra, teria sido pago para defender interesses de companhias privadas junto ao governo federal.

O requerimento de convocação da ministra foi protocolado na segunda-feira passada, na CCJ, pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR). A inclusão do requerimento como primeiro item da

pauta da comissão foi confirmada ontem pelo presidente da CCJ, senador Demóstenes Torres (DEM-GO).

Para Demóstenes, a ministra deveria ser demitida ou, pelo menos, afastada do cargo até o final das investigações. Ele disse que o ideal seria fazer uma reunião imediata para decidir sobre a convocação da ministra. No entanto, informou que, devido à falta de quórum em decorrência das campanhas eleitorais nos estados, essa votação somente será possível após o primeiro turno das eleições ou mediante convocação do presidente do Senado – mas nem ele conseguiria reunir os senadores neste momento,

ponderou Demóstenes.

O vice-líder do PT, senador Eduardo Suplicy (SP), afirmou que, antes da próxima reunião da CCJ, vai entrar em contato com a ministra da Casa Civil para questioná-la sobre a possibilidade de prestar os esclarecimentos ao Senado. Assinalou, no entanto, que vai solicitar a alteração do texto do requerimento, para que a palavra “convocação” seja substituída por “convite”.

Bom senso

– Acho que a vinda da ministra é de bom senso para os devidos esclarecimentos. A própria Erenice já se colocou à disposição do Conselho de Ética Pública e pediu

a quebra de seus sigilos bancário e telefônico para esclarecimento do episódio – disse Suplicy.

A denúncia envolvendo Israel Guerra e outros integrantes do governo foi divulgada na edição de 15 de setembro da revista *Veja*. Segundo a revista, pela intermediação em operação da empresa MTA Linhas Aéreas com os Correios, Israel teria recebido R\$ 5 milhões a título de “taxa de sucesso”.

A MTA teria feito o pagamento à Capital Assessoria e Consultoria, de propriedade de Saulo Guerra (outro filho da ministra Erenice Guerra) e de Sônia Castro, mãe de um então assessor jurídico da Casa Civil.

Kátia Abreu quer tropas federais no Tocantins

Kátia Abreu (DEM-TO) defendeu ontem em Plenário o envio de tropas federais a seu estado para garantir a lisura das eleições. De acordo com a senadora, o atual governador e candidato à reeleição, Carlos Gaguim (PMDB), vem usando a máquina pública em benefício próprio e o estado tem o maior número de fraudes eleitorais no país, com o registro de mais de 800 processos no período de 2003 a 2009.

– Eu imaginava que tivéssemos destaque com essas práticas e crimes, mas, sinceramente, não imaginei que a aberração fosse desse tamanho – disse.

Kátia Abreu lembrou que o governo de Gaguim já foi multado pela Justiça pela distribuição de 45 mil bicicletas no mês de junho. Gaguim também foi multado pela exposição, em Palmas, de mais de cem máquinas com faixas promocionais de sua campanha à reeleição.

– Ele usa o governo do povo para enganar o povo – acusou.



Kátia Abreu: governador tem usado máquina pública em proveito próprio

Heráclito denuncia irregularidades em campanha no Piauí

Heráclito Fortes (DEM-PI) denunciou a existência de uma série de irregularidades na campanha eleitoral em seu estado, que vão desde a promessa de liberação de emendas parlamentares para obtenção de apoio político e compra de votos até gastos incompatíveis com os valores arrecadados para a campanha, conforme declarados à Justiça Eleitoral.

De acordo com o senador, a campanha eleitoral deste ano é uma das mais caras da história do Piauí, havendo “milhares de gastos” que não estão sendo contabilizados pelos aliados do governo federal.

Heráclito Fortes anunciou que terá uma audiência hoje com o procurador eleitoral do Piauí, Marco Aurélio Adão, a quem irá relatar casos de uso indevido da máquina pública pelos candidatos da situação, que estariam ocorrendo no estado.

O senador alertou ainda para a possibilidade de manipulação de pesquisas eleitorais.



Heráclito vai relatar a procurador uso indevido da máquina pública



Para senador, governo quer abafar quebras de sigilo

Alvaro critica medidas tomadas pelo governo

Uma encenação, um espetáculo de *marketing* e uma tentativa de abafar o escândalo. Assim o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) classificou o anúncio feito pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, das medidas que o governo adotará para coibir a quebra de sigilos na Receita Federal. Ele questionou a necessidade de o presidente editar uma medida provisória para punir com demissão sumária os funcionários da Receita que acessarem, de forma irregular, dados protegidos por sigilo.

Para o senador, o anúncio do ministro foi uma tentativa de ocupar espaço na mídia visando reduzir o noticiário destinado às denúncias. As providências anunciadas para investigar a violação também foram consideradas por Alvaro Dias como uma tentativa de acobertar os fatos, em vez de apurá-los.

– A banalização desse crime pode não incomodar as pessoas menos avisadas. Mas as esclarecidas, especialmente quem participou ativamente do processo de redemocratização do país, não podem aceitar passivamente essa violência. Não são providências que se compatibilizam com a gravidade do momento, com a violação de sigilo e a prática de corrupção no governo – afirmou.

Marisa pede repúdio a candidato corrupto

Marisa Serrano (PSDB-MS) pediu ao povo, “que está descrente nos políticos por causa dos seguidos escândalos”, que “não esmoreça” e procure se informar sobre os candidatos às próximas eleições, oferecendo o voto apenas àqueles que são honestos e sérios. Se as pessoas deixarem de acreditar no poder de mudança das eleições e não reagirem, só os corruptos sairão ganhando, disse.

A população tem razão em sua descrença, afirmou Marisa Serrano, pois os escândalos políticos vêm se tornando rotineiros. Em menos de duas semanas, os eleitores ficaram sabendo que foram presos um prefeito, seu vice, vereadores, um governador e vários candidatos nas cidades de Dourados (MS) e Macapá, recordou.

A senadora lembrou ainda, no âmbito do governo federal, das denúncias contra o filho da ministra da Casa Civil, Erenice Guerra, o que contribuiu para “ampliar o sentimento de impunidade e a descrença” da população. Para ela, “há frouxidão moral” no governo.

No entendimento de Marisa Serrano, os eleitores não devem se comportar como “vaquinhas de presépio” e precisam questionar a honestidade dos seus candidatos.



Marisa: população deve se informar sobre candidatos



“País pode enveredar por descaminhos”, diz Niura

Niura: declarações de Lula revelam ódio

A senadora Niura Demarchi (PSDB-SC) mostrou-se indignada com o presidente Lula por ele haver declarado, em Joinville (SC), que “é preciso extirpar o DEM da política brasileira, pois é um partido que alimenta ódio”.

– Esse é o registro dos noticiários que revela ódio, sim, mas do presidente da República – afirmou a parlamentar.

Para a senadora, a frase de Lula serve como advertência de que “o país pode enveredar por descaminhos”.

Ela informou que, no comício, Lula lamentou ter apoiado o ex-governador Luiz Henrique, do PMDB, na eleição de 2002, por ter trazido o Democratas para o governo. Ela lembrou que o candidato ao governo senador Raimundo Colombo (DEM-SC) lidera as pesquisas de intenção de voto, enquanto a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) está em terceiro lugar.

Niura Demarchi lamentou que o presidente Lula tenha dito que 70% das obras de um viaduto na BR-101 estejam prontas, quando, para ela, apenas a metade foi terminada e os catarinenses pagam pedágio na estrada sem conclusão. A senadora relatou ainda atrasos em obras na BR-280 e na BR-470.